

Ana Isabel Boura / Francisco Topa/
Jorge Martins Ribeiro (eds.)

Construção de Identidade(s)

Globalização e Fronteiras



PETER LANG
EDITION

Nota de apresentação

O presente volume reflete algum do trabalho recente do grupo «Multiculturalidade e diálogo internacional» do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Subordinado ao tema *Construção de identidade(s): globalização e fronteiras*, apresenta um primeiro conjunto de onze artigos onde a questão é discutida de um ponto de vista pluridisciplinar, que inclui abordagens provenientes do campo da ciência política, da história, dos estudos culturais, da geo-historiografia, dos estudos literários, da teoria e da didática da literatura, da sociologia. O primeiro ensaio, da autoria de Rui Moreira, analisa as causas do clima de pessimismo que domina a Europa e aborda soluções para o problema. Antonieta Costa questiona, em seguida, o conceito de identidade nacional, à luz da Psicologia Social e da Antropologia Cultural, ao passo que Rui Estrada, contrapondo exemplos retirados da antiguidade grega e da América atual, mostra que «há várias identidades, por vezes, incomensuráveis». José Ramiro Pimenta, por seu turno, estuda o tema da escala e da identidade no pensamento histórico de Martins Sarmiento, enquanto Carla Ribeiro analisa o papel de António Ferro na construção identitária nacional ao longo das duas primeiras décadas do Estado Novo. No domínio da literatura, Ana Isabel Gouveia Boura explora o conto de Kafka *Das Urteil*, publicado em 1913 e várias vezes traduzido para português, na perspetiva do «Traspasse de fronteiras e (des)construção de identidades»; Luciana Cabral Pereira mostra as possibilidades de aplicação da literatura à formação nas áreas da economia; Celina Silva trata o tema das configurações da pátria em Almada Negreiros; Maria José Carneiro Dias analisa «a viagem como possibilidade de reconfiguração identitária em Amin Maalouf»; e Ana Catarina Oliveira Marques reflete sobre «a *utopia* da pátria na obra ficcional de Rui Nunes». A primeira parte do volume termina com um ensaio de Paula Guerra sobre as identidades no *rock* português, em que se aborda o caso de Adolfo Luxúria Canibal, vocalista dos *Mão Morta*.

O livro inclui uma segunda parte mais breve, consagrada ao 2.º centenário das invasões francesas no norte de Portugal, que abre com um ensaio panorâmico de Luís A. de Oliveira Ramos sobre «O nosso tempo, os nacionalismos e as guerras napoleónicas», a que se seguem três artigos sobre questões mais particulares: Maria do Nascimento Oliveira Carneiro aborda o tema «Napoleão Bonaparte

e o romantismo francês»; Celina Silva reflete sobre um *corpus* de uma coleção de gravuras do Arquivo Distrital de Braga; e Francisco Topa apresenta *O saque dos conos*, um poema herói-cómico de circulação clandestina, da autoria de João António Frederico Ferro, precisamente sobre a invasão francesa de 1809.

Deste conjunto de contributos nascerá certamente um olhar estimulante sobre um tema maior da investigação atual.

Porto, 27 de janeiro de 2014

Ana Isabel Gouveia Boura

Francisco Topa

Jorge Martins Ribeiro

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE(s): GLOBALIZAÇÃO E FRONTEIRAS

Rui Moreira
Cons. de Representantes da FLUP / C. M. do Porto

A Europa na vertigem de Babel

Por isso, lhe foi dado o nome de Babel, visto ter sido lá que Deus confundiu a linguagem de todos os habitantes da Terra

Génesis 11:1-9

Hoje a Europa vive um clima terrível e profundo de pessimismo. Independentemente da conjuntura adversa, os europeus têm a noção de que a sua preponderância no Mundo, que durou muitos séculos, e que só no século passado partilharam com os Estados Unidos da América, pouco mais é do que uma recordação histórica. Pior do que isso, pressentem que essa outra potência, com a qual partilham valores históricos e civilizacionais, também parece condenada ao declínio. E, como se sabe, essa partilha do Mundo com o seu aliado atlântico foi muito confortável para os europeus. É certo que sempre houve, na Europa, quem contestasse o imperialismo *yankee*, quem se atrevesse a discutir a sua crescente hegemonia no plano económico e cultural, quem se interrogasse sobre as suas políticas internas e se indignasse com as suas aspirações externas mas, independentemente desse desconforto, a verdade é que o polícia americano garantiu sempre aos europeus um extraordinário aconchego.

De certa forma, poder-se-á dizer que os Estados Unidos da América são uma potência rival, e com interesses muitas vezes contrários aos das potências europeias, mas fazem parte da mesma civilização a que chamamos de ocidental. Por isso, e quando foram chamados a arbitrar ou a decidir conflitos na Europa, o que sucedeu várias vezes no século passado, os americanos estiveram sempre do lado desses valores civilizacionais que a Europa tanto estima, mas que muitas vezes esquece, e pelos quais tem dificuldade em combater.

Agora, os europeus pressentem que, para além das debilidades da sua Europa, há também um declínio de toda a civilização ocidental, no confronto com as outras civilizações que também elas se vão organizando em blocos económicos. E, note-se, isso é coisa que não pode admirar ou surpreender porque civilização é, por definição, um confronto.

Ora, nas próximas décadas, o Mundo tornar-se-á seguramente mais perigoso, em virtude desse confronto de civilizações, cada vez mais próximas e mais interdependentes, e, também, pela insuficiência de recursos naturais no planeta. A elevada taxa de natalidade em muitas zonas do globo, a maior longevidade individual proporcionada pelos avanços da ciência, o esgotamento dos combustíveis fósseis que são a base da civilização humana tal como a conhecemos, a destruição do ambiente e da diversidade biológica, a rarefação da água potável e a insuficiência de terras aráveis que garantam o sustento das populações, são fatores de grande risco. Além disso, o fim da guerra fria não trouxe consigo o desarmamento. Pelo contrário, assiste-se à proliferação de estados e nações que não hesitam em apostar os seus muitas vezes poucos recursos em arsenais de destruição.

Ou seja, é lícito pensar que se a humanidade não souber contrariar estas ameaças, o Mundo que nos espera, ou que aguarda as futuras gerações, será, de novo, percorrido pelos cavaleiros do apocalipse: pela peste, pela guerra, pela fome e pela morte. E, numa perspetiva histórica, a Europa é um alvo muito vulnerável e poderá estar confrontada com uma ameaça que vai muito para além das suas querelas internas, das guerras religiosas, das guerras nacionalistas e das guerras ideológicas que dilaceraram o continente. O risco assemelha-se mais ao que se viveu com a ameaça de invasão dos otomanos de Soleimão, o Magnífico, que chegaram às portas de Viena; o cenário que nos espera pode ter contornos dramáticos, idênticos aos séculos de penumbra que se seguiram à queda do império romano.

Naturalmente há quem reclame que tudo isto sucede porque a Europa está a naufragar, atirada para os rochedos pelos ventos da globalização. De facto, a coerência das velhas trocas económicas entre nações distantes, deu lugar a uma aparente desordem, em que tudo o que sucede num canto do Mundo afeta, globalmente, todo o planeta. Os fluxos financeiros e as trocas económicas deixaram de respeitar os limites geográficos dos continentes, dos blocos económicos e das nações. As fronteiras físicas dos estados deixaram de funcionar como uma cortina protetora porque as economias se abriram ao exterior, com a aceleração das transações comerciais. Apesar de continuar a haver ricos e pobres e de haver diferentes graus de desenvolvimento social entre as nações e as diversas regiões do planeta, a economia global alterou-se. Antes havia economias pobres que produziam matérias-primas e economias ricas que as extorquiam e transformavam em produtos de consumo. Hoje as economias que há trinta anos eram das mais industrializadas do planeta terciarizaram-se. Algumas das economias que antes se dedicavam ao setor primário transformaram-se nos motores industriais da economia mundial e libertam-se, agora, da tutela tecnológica de países terceiros,

reclamando a sua progressiva autonomia. Deixou por isso, e por via dessa interdependência, de haver economias estanques.

Enquanto a envelhecida população dos países do Primeiro Mundo continua a reclamar mais conforto, melhor ambiente e menos trabalho, deixando que seja o consumo a ditar as suas escolhas, as sociedades do velho Terceiro Mundo, que antes pareciam contentar-se com a mera subsistência, transformaram-se em gigantescos formigueiros, com gentes que não hesitam em fazer todos os sacrifícios e toleram todo o desconforto, desde que, em troca, vejam satisfeitas a sua avidez de consumo, reclamando, muito justamente, o direito à apropriação do seu quinhão dos recursos naturais do planeta.

Neste cenário de transformação súbita e radical, a desordem era inevitável, tanto mais que, após a implosão da União Soviética, e com a transformação da China numa economia capitalista, se reduziu drasticamente a intervenção dos estados na economia, deixando que esta fosse comandada por mercados desregulados, manobrados por entidades anónimas.

Enquanto os Estados Unidos continuaram a acreditar, por muito tempo, que o seu mercado interno e as suas barreiras económicas, a par do seu domínio geoestratégico que lhe assegurava o acesso a matérias-primas, lhe permitiriam beneficiar dessa desordem, a Europa, sem recursos naturais, com uma população envelhecida e aburguesada, acreditou que também dela poderia recolher vantagens. Afinal, se controlava a tecnologia e detinha as grandes marcas, se era sede das grandes instituições financeiras, poderia deslocalizar a produção industrial sem que isso lhe causasse dificuldades de monta, garantindo que o preço de produção, e o incómodo de produzir, seriam menores. E, ao mesmo tempo, americanos e europeus acreditaram num modelo de financiamento dos seus Estados, que garantia a felicidade dos seus cidadãos, através de um modelo de investimento público financiado por défices que haveriam de ser pagos, no futuro, graças ao crescimento económico que viriam a gerar. Pelos vistos, houve um erro de cálculo...

Por um lado, a Europa não foi capaz de compreender que o Mundo mudara, que os equilíbrios se haviam alterado. Antes éramos nós, os europeus, quem pedia contas às outras civilizações, quem se ingeria nos seus destinos, quem lhes impunha hábitos e costumes. Hoje são eles que nos pedem contas, que nos exigem que acomodemos as suas diversidades, que se sentem insultados pelos nossos hábitos libertários, mesmo quando os limitamos às nossas fronteiras físicas. Pior do que isso, acham que estamos perdidos e que eles estão salvos. Nós os europeus corremos, por isso, o risco de nos confrontarmos com a fé absoluta que os outros têm. A «não fé», e a dúvida do que somos, não nos é o anjo da guarda mais propício. Citando Eduardo Lourenço, um dos nossos grandes pensadores,

estávamos nós, os europeus, nessa felicidade, celebrando «a morte de Deus», explicando a religião como uma reação natural ao destino que é o obstáculo da finitude humana, quando descobrimos que os outros povos e os outros continentes não concordam com essa nossa lucidez extrema. Subitamente descobrimos que esses povos também são felizes, apesar de as suas religiões continuarem a fazer parte da sua identidade, enquanto cultura e civilização. Descobrimos, também, estremunhados pelos ataques às torres gémeas, que o fim da história que Fukuyama imaginara, e que não divergia do reino da paz perpétua de Kant, não estava para breve. Na última década, percebemos que o reino do tédio infinito continua a ser uma utopia, porque o homem é vírus do planeta que tudo corrompe.

Por outro lado, a Europa empenhou-se, nos últimos 60 anos, na construção de um novo modelo de unidade europeia que continua por concretizar e que ameaça soçobrar. A ideia não era nova e sempre constituía um anseio «comum a homens fora do comum». Carlos Magno, Napoleão e Hitler tentaram-no pela força, mas a história comprova que a Europa só se uniria pela força das vontades livres. E é realmente esta a grande diferença qualitativa entre o projeto de integração europeia e as outras tentativas de unir a Europa: tentar unir pela vontade das pessoas, livremente expressa, e não pelas armas.

Depois da paz de Versalhes, que desenhou o atual mapa europeu após a I Guerra Mundial que mais não foi do que uma guerra civil que dizimou uma geração de jovens europeus, a criação da Sociedade das Nações foi um passo importante no sentido de uma détente entre as potências europeias. E foi na sede dessa Sociedade das Nações, em Genebra, que Aristide Briand propôs, corria o ano de 1929, em Genebra, a elaboração de um pacto federal entre os estados europeus. O Memorandum Briand, acolhido com entusiasmo em certos meios intelectuais, e aplaudido por John Maynard Keynes, só encontrou incompreensão nos governos. Pouco depois, a grande depressão que resultaria do *crash* de Wall Street e os ventos dos totalitarismos voltariam a atirar as nações europeias para uma nova guerra civil. Mas, nesse discurso, Briand disse:

Penso que entre os povos que estão geograficamente agrupados como os povos da Europa, deve existir uma saída de vínculo federal; estes povos devem em qualquer momento ter a possibilidade de dialogar, de discutir os seus interesses, de adoptar resoluções comuns, de estabelecer entre eles um laço de solidariedade, que lhes permita, nos momentos que se considerem oportunos, fazer frente às circunstâncias graves, se elas surgirem. (...) Evidentemente, a associação terá efeito sobre todo o domínio económico: é a questão mais importante. Creio que pode ter êxito. Porém, estou seguro que um ponto de vista político, um ponto de vista social, a ligação federal, sem afectar a soberania das nações (...)